

### 1 INTRODUÇÃO

Como os brasileiros explicam ou justificam o elevado nível de desigualdade social que é parte da história e da autoimagem do país? De que modo percepções sociais – cognições, valores e avaliações compartilhadas – interagem com o acesso efetivo a bens e serviços em sociedades com altos níveis de desigualdade material e simbólica que normativamente valorizam princípios de igualdade? A desigualdade social, objeto canônico de estudo nas ciências sociais, merece esforços mais sistemáticos para que também se capte a produção subjetiva de sentido – individual ou coletivo – a ela associada.

Embora as análises quantitativas sobre a evolução e as variações da distribuição dos estoques de riqueza da sociedade constituam informação disseminada e relevante para os decisores em políticas públicas, a construção subjetiva de sentidos é essencial para embasar propostas reformistas cuja adesão social e probabilidades de implementação aumentam se ancoradas em convicções e representações arraigadas das pessoas (Bowles e Gintis, 1998). O modo como uma sociedade percebe e explica suas desigualdades contribui, ainda, para se pensar em estratégias visando reconstruir narrativas cujo propósito seja ampliar o reconhecimento social dos contingentes excluídos – passo indispensável para sociedades inclusivas e bem-sucedidas (Lamont, 2009, p. 151).

Para discutir as questões enunciadas, utilizei os dados coletados e disponibilizados no projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, descrito na introdução deste *Boletim*. As entrevistas realizadas no âmbito desse projeto reconstruíram a história individual para verificar em que medida a trajetória de vida cria uma estrutura de percepções e sentidos, escolhas e estratégias que se distribui e se conecta em diferentes dimensões da vida. Os questionários que orientaram as entrevistas estão divididos em *corpus* temáticos específicos e, neste texto, analiso os fragmentos que tratam da desigualdade.

A metodologia qualitativa baseada na *grounded theory* utilizou os fragmentos de texto extraídos das 632 entrevistas, que tratavam diretamente da seguinte questão: como você vê a desigualdade no Brasil? Quais são as causas/razões da desigualdade? Rastreei e analisei também fragmentos textuais que se conectaram a essas questões, por meio de buscas baseadas nas questões e em palavras-chave a elas associadas. No total, 365 entrevistas ou incluíram explicitamente a questão ou forneciam respostas significativas diretamente associadas ao tema. Em seguida, apliquei a codificação aberta aos fragmentos de interesse, sem recorrer a categorias predefinidas. Posteriormente, explorei as amostras teóricas definidas por cada uma das categorias (Charmaz, 2006), analisando as categorias emergentes até que novas propriedades e características para definir seus contornos se esgotassem (Glaser e Strauss, 1991). Em complemento à interpretação dos

---

1. O autor agradece o financiamento concedido pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), registrado no processo 88881.172542/2018-01, para pós-doutorado no David Rockefeller Center for Latin American Studies, Universidade de Harvard, de 2018 a 2019. O autor também agradece as sugestões feitas por Marco Natalino e Mário Luis Grangeia. Este texto resume seções de análise de artigo mais amplo em fase de avaliação.

2. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art5>

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. E-mail: <[felix.lopez@ipea.gov.br](mailto:felix.lopez@ipea.gov.br)>.

resultados, realizei adiante uma análise lexicográfica que fornece recursos heurísticos adicionais sobre os enquadramentos das explicações para a desigualdade.<sup>4</sup> Com um *corpus* textual robusto, apliquei dois métodos de análise: uma classificação hierárquica descendente (CHD), que Reinert (1983; 1990) desenvolveu; e uma análise fatorial de correspondência (AFC). Em ambos os métodos são construídas classes de vocabulários correlacionados com base em segmentos de texto definidos a partir dos fragmentos codificados (no *software* Atlas.ti, v. 8).

## 2 TEORIA

Goffman (1986) forneceu inúmeros exemplos de como as pessoas, ao atribuírem sentido a qualquer situação social vivenciada, a enquadram em contextos mais amplos, rotulando-a e identificando-a. Ao fazê-lo, revelam esquemas perceptivos mais abrangentes, por meio dos quais enxergam a sociedade e avaliam como o mundo social funciona (Young Junior, 2003; Small, Harding e Lamont, 2010; Young Junior, 2010). O sociólogo canadense adota uma perspectiva situacional que pressupõe variação contextual nas respostas individuais, mas reconhece que a precedência ontológica das experiências construídas e dos repertórios em que se enquadram é do coletivo, da sociedade (Goffman, 1986).

Os enquadramentos se organizam em repertórios que fundamentam os meios, recursos e possíveis estratégias para navegar socialmente nessas situações (Small, Harding e Lamont, 2020), e são mediados por valores, ideais e fins desejáveis decorrentes das disposições geradas pelo *habitus* (Bourdieu, 1987; 1999; Vaisey, 2010). Enquadramentos e repertórios são os dois conceitos que utilizo para compreender os argumentos aos quais as pessoas recorrem quando confrontadas a explicar as razões da alta desigualdade no Brasil. Embora não integre a análise empírica deste artigo, é parte da perspectiva aqui adotada a premissa de que processos culturais representam uma dimensão própria nas explicações sobre desigualdade, ao lado das explicações econômicas e sociais (Lamont, Beljean e Clair, 2014).

A construção intersubjetiva de sentido se define na interação com as experiências práticas vivenciadas pelas pessoas e os constrangimentos próprios decorrentes de suas posições no espaço social. Como fenômeno estruturante da organização da sociedade brasileira, aspectos da desigualdade podem ser concebidos também como um processo cultural, porque se situam no nível da construção de significado e constituem categorias de classificação compartilhadas, sem necessariamente se conectar a fins racionais ou conscientes (Lamont, Beljean e Clair, 2014). Tais significados operam de modo relativamente independente dos agentes dominantes em uma relação, pois estão também nos próprios subordinados, excluídos etc. Por fim, esses processos se conectam com a distribuição material e não material de recursos, esta última associada às demandas por dignidade e reconhecimento (Fukuyama, 2018).

---

4. Essa classificação gerou dezessete escalas de atitudes, atribuídas de forma independente por três pesquisadores – treinados em ciências sociais – a cada entrevistado. As atribuições se basearam na leitura integral de cada entrevista e tiveram a consistência verificada por coeficientes de correlação intraclasse (Ipea, no prelo). Realizou-se uma análise fatorial de correspondência (AFC) que cruza o vocabulário e as classes de palavras para gerar uma representação gráfica no plano cartesiano, cujo valor heurístico é indicar sobretudo a dominância léxica de alguns termos dentro de possíveis enquadramentos (Salviati, 2017). A análise vale-se do uso de lemas, que são as palavras sem suas variantes e com a sua frequência de ocorrência – por exemplo, escravos, escravidão e escravatura são formas diferentes do mesmo lema escravo (Salviati, 2017).

### 3 PRINCIPAIS EXPLICAÇÕES PARA A DESIGUALDADE

Nesta seção, sintetizo os cinco principais enquadramentos sobre a razões da desigualdade no Brasil, com base nas categorias gerais emergentes na análise das entrevistas.<sup>5</sup>

#### 3.1 Enquadramento 1: a desigualdade se explica por nosso passado

Este enquadramento associa a desigualdade atual à herança institucional e cultural do passado remoto. A cultura dos colonizadores portugueses ou nascida da escravidão é a raiz das práticas e valores que, hoje, geram as desigualdades. É assim que a associação entre conceitos sociológicos como colonização de exploração e patrimonialismo compõe o léxico das explicações das mazelas brasileiras atuais, neste caso, herdadas dos portugueses.

No subenquadramento da escravidão, a desigualdade se explica pela naturalização da própria hierarquia e pela aceitação do alto grau de exploração observada entre classes. A indiferença social com os pobres – mas também com a pobreza, a relação vertical com a política – nasceu desta ótica da escravidão. O iberismo e o escravismo são dois enquadramentos díspares, com conteúdos distintos, mas entram no rol das narrativas que recorrem ao passado institucional, por assim dizer.

O argumento menciona também o legado de uma cultura colonial cujo agente não é nominado, mas sustenta no presente o “jeitinho brasileiro”, a lógica das vantagens não meritocráticas, as práticas de corrupção. Do passado nasce a cultura de apropriação privada do coletivo, e nesta chave de leitura se conectam passado e presente pela noção de patrimonialismo e corrupção, que discuto adiante. Em suma, a cultura do colonizador foi transmitida e reproduzida nas instituições políticas e se manifesta nas atuais práticas de corrupção, que é a razão última da desigualdade, mas se explica pela cultura herdada.

#### 3.2 Enquadramento 2: a desigualdade é culpa do(s) (agentes do) Estado, da corrupção política e da má gestão das políticas públicas

O fenômeno da desigualdade é aqui predominantemente associado e explicado pela corrupção política dos agentes do Estado, os políticos ou governantes. O argumento é que a corrupção política drena recursos públicos, que, de outra forma, irrigariam serviços, qualificando as políticas e atenuando as desigualdades. A variação do argumento é relacionar a desigualdade às remunerações e aos benefícios materiais do cargo político, percebido como via complementar para apropriação indevida de recursos públicos.

Um aspecto dessa explicação é que nem sempre sua cadeia argumentativa é explicitada, porque é frequente ao entrevistado presumir que mencionar o termo corrupção encerra toda a cadeia causal que resulta na desigualdade. A corrupção está nas esferas política e administrativa do setor público. O setor privado – corporações privadas, empresas, bancos etc. – não consta no repertório. O Estado é a arena da corrupção, em que atuam os políticos, e o emaranhado de agências que executam má gestão. Esta não tem relação necessária com a corrupção, mas frequentemente é sim um componente adicional das explicações sobre desigualdade, uma vez que a crítica é sobre a execução das políticas, e não ao seu formato e a eventuais incentivos ineficientes.

---

5. Os enquadramentos mais gerais apresentados nesta seção resultaram de uma agregação de categorias mais específicas. A “cultura engendrada pelo Estado” agrega as justificativas passado, povo e cultura. A “ineficiência dos agentes do Estado” reúne as categorias políticos, Estado e corrupção. A categoria “limitações estruturais” reúne os argumentos que falam nas diferenças/estruturas de classes, diferenças de renda, exploração e (falta de) oportunidades. A “natureza dos indivíduos” agrupa menções a ambição da elite, preguiça dos pobres e demais atributos associados às pessoas. O “acesso desigual à educação” constitui, em si, uma categoria. Há uma categoria adicional, “multidimensional”, para as menções gerais que indicam que a desigualdade é constituída por muitos fatores, e a categoria outros, que inclui explicações adicionais, por exemplo, a questão racial.

Em outros termos, imagina-se que seria suficiente prover bons serviços se as políticas fossem implementadas de modo eficiente. Nesta chave, a desigualdade se resolve como desdobramento natural da boa gestão, o que sugere ser possível ao poder público entregar políticas mais equânimes sem alterar o seu formato institucional. Daí a importância das menções a políticas públicas e políticas sociais, aliadas à boa gestão, como aspecto central para atenuar a desigualdade.

Desse modo, quatro dimensões estão imbricadas: políticos, corrupção, Estado/governo e gestão pública. As mazelas do Estado, em particular o alto nível de corrupção, frequentemente se conectam à herança colonial/imperial. Aqui entram os termos vulgares – por exemplo, “jeitinho brasileiro” – ou os conceitos canônicos do pensamento político brasileiro, sobretudo patrimonialismo, cuja difusão entre os entrevistados foi mencionada no enquadramento 1.

### 3.3 Enquadramento 3: a desigualdade existe por falta de oportunidades educacionais

A escolaridade ocupa espaço relevante nas formulações sobre razões das desigualdades, e revela a congruência entre a evidência empírica fornecida pelos estudos de mobilidade social e a experiência prática dos cidadãos no mercado de trabalho. Oportunidades desiguais na educação afetam as chances das pessoas e geram trajetórias diferenciadas de mobilidade individual. Educação e desigualdade são frequentemente relacionadas na perspectiva da empregabilidade: a educação é o meio para ampliar as oportunidades de emprego e renda.<sup>6</sup>

A desigualdade educacional não tem relação com a noção de meritocracia, aliás ausente do repertório mobilizado para se falar das desigualdades. Em lugar de mencionar meritocracia, o que se diz é que as pessoas não aproveitam oportunidades de vida, abandonam a escola por desleixo e correlatos. Entretanto, esse aspecto do esforço/iniciativa individual alude a algo distinto das diferenças de esforço e competência em oportunidades relativamente bem distribuídas.

O par desigualdade e educação se associa, ainda, aos repertórios sobre corrupção, pois a falta de oportunidades educacionais e a reduzida qualidade das políticas nessa área manifestam uma escassez de recursos públicos em consequência dos desvios para a corrupção política. A conexão é de segunda ordem: a deficiência na qualidade da educação explica a desigualdade, mas a deficiência resulta da corrupção.

Reis (2004, p. 48) revelou que para o estrato mais alto, em meados dos anos 1990, a ênfase na educação – canal de correção das desigualdades – era “coerente com a visão da elite que considera reformas distributivas não necessárias e não desejáveis” pois a “ampla provisão de oportunidades educacionais é percebida como uma estratégia que não penaliza os setores ou classes mais favorecidos”. Ademais, a ênfase condiz com a concepção de que igualdade é igualdade de oportunidades, não de resultados.

### 3.4 Enquadramento 4: fatores estruturais do sistema econômico

A secular concentração de riqueza no Brasil cultivou um espaço nos repertórios da desigualdade, associando-a à estrutura do sistema econômico. A tautologia frequente – “somos desiguais porque uns têm muito e muitos têm pouco” ou “é a má distribuição de renda” – revela pouco, exceto pela omissão direta da elite econômica. Não restou claro em que medida se considera que a apropriação desigual da renda é uma estratégia da elite, mas a despersonalização das menções – quando não a remissão ao passado – desculpa

6. Infrequentes são os enquadramentos sobre a educação concebida como recurso para formar consciência crítica ou meio de autorrealização.

as elites da responsabilidade de manter estruturas desiguais de seu interesse. Tal avaliação, contudo, não implica menor apoio das pessoas à redistribuição. Um argumento menos frequente, associado a um perfil com alto capital escolar e/ou politicamente engajado, relaciona desigualdade ao sistema tributário e aos interesses da elite econômica.

A divisão de classes é um enquadramento adicional ao repertório das explicações mais estruturais – em oposição às explicações individuais para a desigualdade. Argumenta-se sobre os efeitos negativos da herança patrimonial para reproduzir desigualdades, bem como os obstáculos à mobilidade ascendente e a desigualdade intrínseca do sistema capitalista. Em suma, a desigualdade é parte de uma sociedade fundada na divisão de classes, origem dos empecilhos à mobilidade ascendente dos mais pobres<sup>7</sup> e das restrições de oportunidades daí decorrentes. Embora sejam mais raras as menções às estratégias de apropriação por parte da elite econômica – e à regressividade do sistema tributário –, a natureza desigual do capitalismo e os interesses diversos de classe constituem também tópicos dos enquadramentos.

### 3.5 Enquadramento 5: atributos individuais – ambição e indiferença da elite e preguiça ou comodismo dos pobres

As categorias aqui reunidas relacionam a desigualdade a vícios e virtudes de indivíduos, sem associá-la aos aspectos estruturais mencionados anteriormente. Pelo lado da elite, são citadas a ganância, a ambição e a indiferença pela sorte dos demais. Quanto aos pobres, fala-se na incapacidade de aproveitar oportunidades, notadamente educacionais, ou do comodismo, outra forma de indicar a preguiça.

A elite é um termo genérico e raramente é identificado – exceto a elite política –, e não representa um lugar de destaque, o que condiz com a ausência notável da elite financeira, da elite empresarial e das corporações nos discursos. As menções à elite ou aos ricos existem, mas esses não aparecem como vilões na intensidade com que se mencionam os políticos. Dizer que “os ricos” utilizam seu poder econômico para “reproduzir a estrutura social” (118115), que “não se importam com o destino dos pobres” (126102), quando não os “humilham” (101102), sugere uma forma de enquadrar a desigualdade pela ambição ou insensibilidade com os mais pobres e, nesses termos, apela-se para (falta de) valores solidários e comunitários. Argumentos com feição mais estrutural associam os atributos comportamentais dos ricos à “insensibilidade e ganância desse nosso sistema, que sempre faz a gente querer mais” e “esquecer o outro” (101130), que é uma forma distinta de mencionar “o egoísmo, essa mentalidade capitalista de querer mais e mais (...) e não se preocupar com a sorte dos demais” (106115).<sup>8</sup> O argumento ressalta a frágil “consciência social” (De Swaan, 1988) percebida em relação aos membros da elite, que não se sentiriam corresponsáveis pela desigualdade.<sup>9</sup> Entretanto, o argumento tem conotação mais geral, ao se notar que “o homem é, em si, muito egoísta, quanto mais tem, mais quer, (...) abraça a fortuna e não quer dividir com ninguém, não olha para o lado para ver se há alguém com dificuldades” (117118).<sup>10</sup>

7. Preconceitos de classe parecem ser um componente relevante neste enquadramento, mas não os analiso. Um ponto a explorar é a alegada invisibilidade de classe, preconceito de classe. Em parte, são os fragmentos que falam também da escravidão.

8. O *survey* de Reis (2005) com as elites constatou que apenas 5% dos respondentes identificam características da elite – egoísmo, autoritarismo etc. – como razões para o fracasso das políticas sociais.

9. O que Reis (2005) efetivamente disse ocorrer entre integrantes das elites políticas, empresariais, burocráticas e militares.

10. As numerações entre parênteses correspondem à identificação de cada entrevistado, portanto, as falas extraídas provêm de diferentes pessoas.

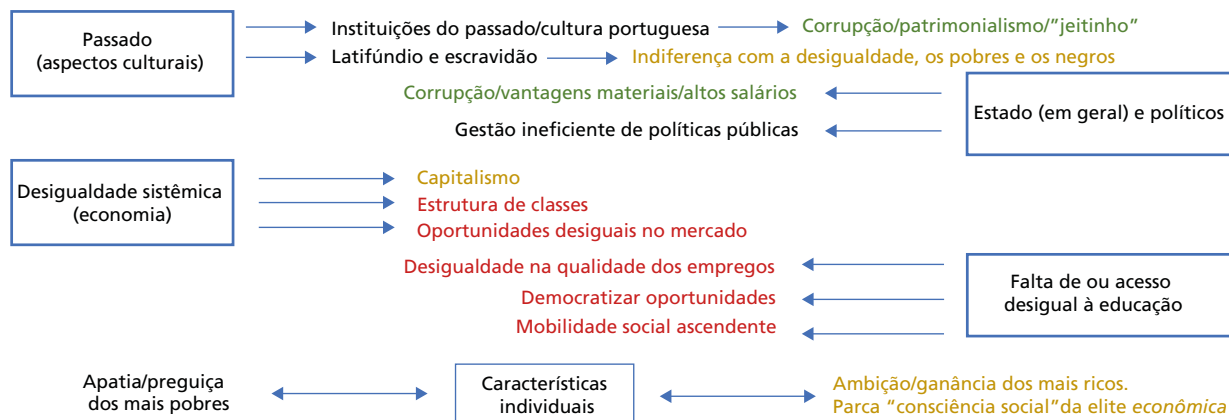
Em sentido contrário, a desigualdade se justifica não por egoísmo, ambição e ganância dos ricos, mas por traços comportamentais dos pobres, que “se acomodam”,<sup>11</sup> não “fazem por onde” (117123/104121), “não querem nada com nada” (118110), “não vão atrás de emprego” (102122) ou “desperdiçam oportunidades” até que “não conseguem mais sair [da pobreza]”. Diz-se, ainda, que os mais pobres se apoiam “nas vantagens que o governo dá para ter filhos” ou no comodismo que resulta das políticas sociais e tira dos pobres “a vontade de crescer” (118102). A imagem hiperbólica dos “ricos morrendo de trabalhar e pobres na calçada conversando” (104127), “os que estão lá em cima lutaram” (116114), sintetiza, embora pelo exagero, o contraste. Ao contrário dos ricos, cujos atributos negativos são por vezes universalizados (e justificados) como algo da natureza humana e, portanto, pertencente a “nós”, os atributos negativos adjudicados aos pobres são, em geral, compreendidos como resultado de características específicas a “eles”.<sup>12</sup> Tais repertórios, e seus respectivos enquadramentos, revivem, de certa forma, a noção de “cultura da pobreza”, que culpa os pobres por seus problemas, e que ganhou formulação acadêmica na sociologia dos anos 1960 (Ryan, 1976; Bell *et al.*, 2015; Small, Harding e Lamont, 2010).

A figura 1 sintetiza as conexões entre enquadramentos e repertórios. Os *boxes* apresentam os principais enquadramentos, e os textos, os principais repertórios dos enquadramentos. Cores iguais indicam a associação discursiva entre repertórios. As conexões entre alguns enquadramentos e repertórios constituem *schemas* explicativos do mundo social das desigualdades e, como tais, “atuam para conectar um conjunto de estímulos, seus vários atributos, e a relação entre eles” (Massey, 2007, p. 9; Fiske, 2009).

As mazelas geradas, por exemplo, pela escravidão ou pelo patrimonialismo português se manifestam na atual indiferença com os pobres e na invisibilidade da miséria aos olhos dos ricos, e em uma estrutura de classes desigual que se desdobra em alta desigualdade de oportunidades. Esta última, por sua vez, vincula-se ao acesso à educação de qualidade, considerada um mecanismo central de correção das desigualdades. O menosprezo contemporâneo pelas virtudes republicanas, que se manifestam na apropriação privada do patrimônio público por parte dos políticos, conecta-se ao espírito patrimonial dos portugueses.

FIGURA 1

### Enquadramentos e repertórios discursivos de brasileiros sobre a desigualdade no país



Elaboração do autor.

Obs.: Repertórios com as mesmas cores frequentemente são articulados nos argumentos do *corpus* textual analisado.

11. Acomodação é o termo que costumeiramente antecede a crítica velada ou explícita ao programa de transferência direta de renda mínima denominado Bolsa Família.

12. Agradeço a Marco Natalino por sugerir essa interpretação.

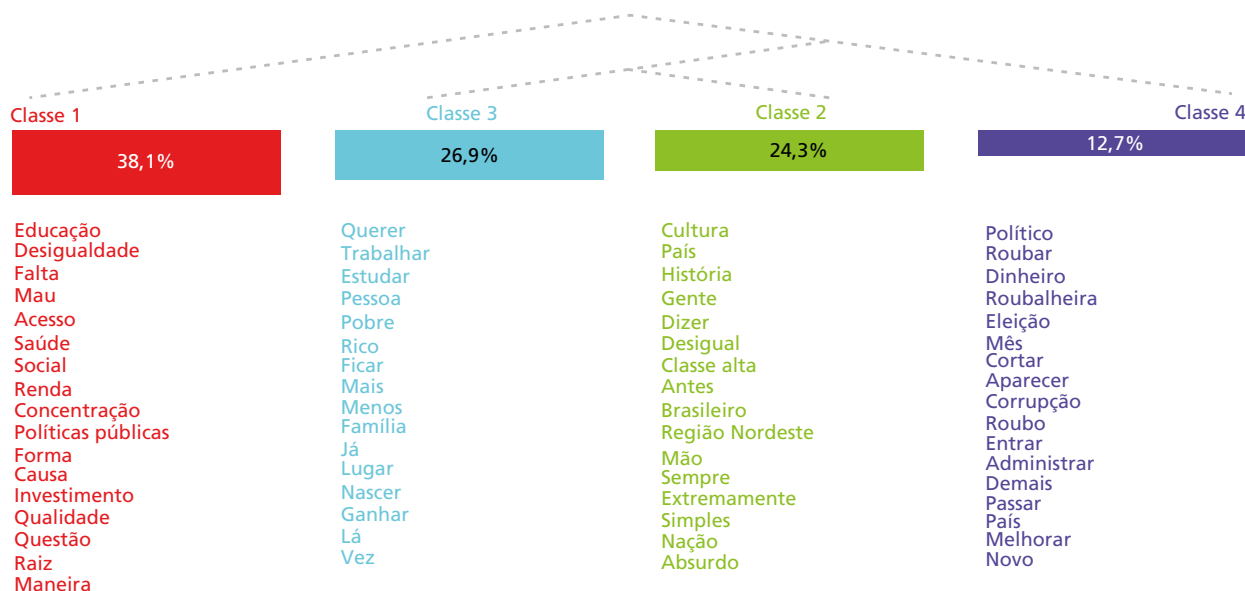


A corrupção se associa ao setor público e a um Estado dominado por parlamentares corruptos. Os argumentos dirigem sempre a corrupção ao público, sem menção relevante ao papel possível das corporações privadas, *lobbies* empresariais, bancos e agentes econômicos do setor privado. A proeminência dos agentes do Estado para explicar o fenômeno da desigualdade os torna simultaneamente a causa e o instrumento de mudança, pois o Estado é concebido como a autoridade legítima para exercer a redistribuição.

#### 4 VALIDAÇÃO LEXICOMÉTRICA<sup>13</sup>

O filograma (figura 2) mostra que o *corpus* textual analisado formou quatro classes: classe 1 com 38% dos segmentos; classe 2 com 27% dos segmentos; classe 3 com 24%; e classe 4 com 13%. O número de classes e as palavras presentes nos filogramas se mostram com os principais enquadramentos propostos no corpo deste artigo. A classe 1 ressalta termos do enquadramento sobre educação; a classe 2 reúne o que defini como atributos dos indivíduos; a classe 3 evidencia o enquadramento relativo à conexão entre desigualdades e nosso passado remoto; e a classe 4 menciona aspectos relativos à política, aos políticos, ao governo e à corrupção.

FIGURA 2  
Filograma com grupos léxicos das quatro principais classes de palavras da CHD



Fonte: Iramuteq.

A figura 3 apresenta uma AFC realizada por meio da CHD e as palavras associadas a cada uma das quatro classes mencionadas, que apontam a representação gráfica dos dados e indicam visualmente a proximidade entre classes ou palavras. De modo resumido, trata-se dos cálculos de correlação qui-quadrado

13. A exploração do *corpus* textual ocorreu após a análise dos enquadramentos e narrativas, para evitar indução interpretativa a partir dos resultados do Iramuteq. A análise de CHD explora quais segmentos de texto apresentam vocabulário semelhante entre si e diferente dos demais, com base no teste do qui-quadrado. O pressuposto é que a proximidade léxica das palavras para tratar de respostas a questões comuns equivale a sistemas de representação similar (Salvati, 2017; Reinert, 1990). Para operar os cálculos e agrupar as palavras, o método reduz cada palavra ao seu lema, ou seja, retira o gênero e o número de adjetivos e substantivos, bem como a conjugação dos verbos [3]. Ao reduzir estas variações da linguagem, amplia-se a capacidade de construir representações gráficas que analisem *clusters* de palavras em seus respectivos contextos de associação (Chartier e Meunier, 2011) [4]. Tais *clusters* podem, em alguma medida, corresponder às matrizes discursivas ou representações sociais sobre o fenômeno em tela.





## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS À LUZ DE OUTRAS ANÁLISES

O artigo sintetizou os cinco enquadramentos distintos do repertório que a amostra de brasileiros aqui explorada utiliza para explicar a desigualdade na sociedade brasileira. Esses enquadramentos reafirmam achados de pesquisas anteriores, mas também revelam aspectos que ensejam nova interpretação sobre o peso da tradição/passado e o papel reservado ao Estado como agente de reprodução ou transformação das estruturas de desigualdade.

Como apontado em outras pesquisas, o passado é uma categoria central para explicar o presente, e o Estado, a instituição mais importante para esclarecer os mecanismos por trás das desigualdades, o que revive a importante tradição estadocêntrica nas percepções que os brasileiros têm para explicar mazelas da sociedade. Há mais de quinze anos, um *survey* sobre percepções da pobreza e da desigualdade no Brasil, do ponto de vista das elites – políticas, econômicas, burocráticas, intelectuais e militares (Reis, 2005) –, encontrou resultados com notável congruência com os aqui apresentados:

- o reconhecimento consolidado de que a desigualdade no país é relevante e pervasiva;<sup>14</sup>
- a admissão do papel crucial da educação como causa e meio de superação das desigualdades;<sup>15</sup>
- a relevância do passado para explicar a desigualdade persistente no Brasil; e
- a importância conferida a escolhas, virtudes e vícios dos agentes do Estado para compreender o problema no país.

Ao se comparar as análises realizadas no passado, há duas ausências importantes. A primeira é a menção à reforma agrária como política redistributiva. Aspectos da concentração da terra são evocados apenas em referência à desigualdade originária na distribuição das capitânicas hereditárias. Por sua vez, não é contraditório que a percepção sobre a ineficiência estatal na execução de políticas aliada à corrupção sistêmica retire legitimidade do Estado como agente crível de redistribuição. Resulta daí que é baixa a confiança dos cidadãos, incluída a elite, em arcar com mais custos para resolver a desigualdade. No entanto, a descrença nos canais estatais para redistribuir não significa a recusa em apoiar a redistribuição com a participação de recursos da elite. Em outros termos: eu não renuncio aos recursos se não estiver seguro de que eles chegarão de fato aos pobres, em vez de se perderem no labirinto kafkaniano da burocracia pública ou da corrupção. A percepção sobre a eficiência dos instrumentos de redistribuição é um preditor importante da disposição dos indivíduos em ceder recursos a outrem (Lavinias, 2014). Essa legitimidade é o que falta ao Estado brasileiro, embora seja este, também, o agente único capaz de operar a redistribuição.

O Estado, não o mercado, é considerado o instrumento e o agente indutor de igualdade. Esta avaliação é condizente com *surveys* recentes que demonstram forte apoio às políticas redistributivas (Lavinias, 2014; Oxfam, 2017). Este apoio enseja a seguinte interpretação: além da consciência social

14. Para Reis (2005, p. 29, tradução nossa), “quanta consciência existe sobre pobreza e desigualdade no Brasil? A noção de uma dívida social pendente está realmente arraigada? A julgar pelo discurso das elites, há uma ampla discussão e consciência da magnitude de ambos os problemas. Quase todo mundo entrevistado em profundidade citou estatísticas e taxas que coincidiram bastante com os índices oficiais. Além disso, a maioria dos entrevistados conhecia bem o *ranking* do Brasil em comparação com outros países do Terceiro Mundo e muitos chamaram a atenção para o fato de que vários indicadores sociais classificam o país em posições inferiores às sociedades mais pobres”.

15. Embora Reis (2005, p. 20, tradução nossa) discuta “superar a pobreza”, para a socióloga, “a evidência de nosso estudo de caso e de outras pesquisas é que as elites brasileiras, em maior medida do que os brasileiros típicos, valorizam a educação porque ela representa a igualdade de oportunidades – uma norma fundamental na cultura política brasileira. Em outros casos, a educação é apoiada em bases mais instrumentais: que ela pode aumentar ou mudar a consciência das pessoas ainda prejudicadas pelas formas ‘tradicionais’ de pensar; promover o empreendedorismo; ou fornecer habilidades vocacionais e técnicas específicas. Como observamos, não era muito comum os entrevistados sugerirem fortes laços causais entre a educação para os pobres, a qualidade da força de trabalho e as taxas de crescimento econômico nacional”.

do problema, há o senso de corresponsabilidade, mas pela via estatal. O apoio de 71% ao aumento de impostos para pessoas muito ricas desfaz, como lembra Oxfam (2017), a concepção de que há uma posição por princípio anti-impostos na sociedade, embora existam variações entre classes (ponto não analisado neste texto resumido).

A inércia da história e os mecanismos de reprodução cultural estruturam a compreensão da desigualdade, mas a inércia não se traduz em resignação ao *status quo*. Nas entrevistas, o papel secundário da meritocracia para explicar as desigualdades é revelador da importância conferida aos obstáculos estruturais às chances de ascensão das pessoas pobres e sua relação com as desigualdades instituídas. O argumento está claro nos entrevistados que enxergam a herança familiar, social e econômica como um mecanismo crucial de transmissão das desigualdades.

Do ponto de vista aplicado, as entrevistas indicam enquadramentos e repertórios sobre a desigualdade que podem se conectar entre si: passado e presente vinculados por vícios de um Estado ineficiente e corrupto, que é, ao mesmo tempo, um canal necessário para operar uma desejável redistribuição, por políticas de educação, inclusive, como meio de atenuar uma desigualdade que, aos olhos de todos, é inaceitável.

## REFERÊNCIAS

- BELL, M. *et al.* Beyond the culture of poverty. *In*: STONE, J. *et al.* (Ed.). **The Wiley Blackwell encyclopedia of race, ethnicity, and nationalism**. Hoboken: John Wiley and Sons, 2015.
- BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Distinction**: a social critique of the judgment of taste. London: Routledge, 1999. p. 169-225.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. **Recasting egalitarianism**: new rules for communities, states and markets. London: Verso, 1998.
- CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory**: a practical guide through qualitative analysis. London: Sage, 2006.
- CHARTIER, J.-F.; MEUNIER, J.-G. Text mining methods for social representation analysis in large corpora. **Papers on Social Representations**, v. 20, p. 1-37, 2001.
- DE SWAAN, A. **In care of the state**: health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era. New York: Oxford University Press, 1988.
- FISKE, S. **Social beings**: core motives in social psychology. New Jersey: Wiley Publishers, 2009.
- FUKUYAMA, F. **Identity politics**: contemporary identity politics and the struggle for recognition. Nova York: Farrar, Strauss e Giroux, 2018.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New York: Aldine Publishing Company, 1991.
- GOFFMAN, E. **Frame analysis**: an essay on the organization of the experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radiografia do Brasil contemporâneo**. Ipea, no prelo. (Relatório de Pesquisa).
- LAMONT, M. Responses to racism, health, and social inclusion as a dimension of successful societies. *In*: HALL, P.; LAMONT, M. (Ed.). **Successful societies: how institutions and culture affect health**. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 151-168.
- LAMONT, M.; BELJEAN, S.; CLAIR, M. What is missing? Cultural processes and causal pathways to inequality. **Socio-Economic Review**, v. 12, n. 3, p. 573-608, 2014.
- LAVINAS, L. (Coord.). **Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social?** Rio de Janeiro: Letra e Imagem/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.
- MASSEY, D. **Categorically unequal**. New York: Russell Sage Foundation, 2007.
- OXFAM. **Nós e as desigualdades: percepções sobre desigualdades no Brasil**. São Paulo: Oxfam/Datafolha, 2017. (Nota Informativa). Disponível em: <<https://bit.ly/2yQgtCq>>. Acesso em: 12 maio 2020.
- REINERT, M. Une méthode de classification descendante hiérarchique. **Cahiers de l'Analyse des Données**, n. 3, p. 187-198, 1983.
- \_\_\_\_\_. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990.
- REIS, E. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. *In*: SCALON, C. (Org.). **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- \_\_\_\_\_. Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites. *In*: REIS, E.; MOORE, M. (Ed.). **Elite perceptions on poverty and inequality**. London: Zed Books, 2005.
- RYAN, W. **Blaming the victim**. Rev. Ed. New York: Vintage Books, 1976.
- SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq: versão 0.7 Alpha 2 e R versão 3.2.3**. Planaltina: Iramuteq, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3fHG0mO>>. Acesso em: 12 maio 2020.
- SMALL, M.; HARDING, D. J.; LAMONT, M. Reconsidering culture and poverty. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 629, n. 1, p. 6-27, 2010.
- VAISEY, S. What people want: rethinking poverty, culture and educational attainment. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 629, p. 75-101, May 2010.
- YOUNG JUNIOR, A. **The minds of marginalized black men: making sense of mobility, opportunity, and life chances**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. New life for an old concept: frame analysis and the reinvigoration of studies in culture and poverty. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 629, p. 53-74, May 2010.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DE SWAAN, A. Elite perceptions of the poor: reflections on a comparative research. *In*: REIS, E.; MOORE, M. (Ed.). **Elite perceptions on poverty and inequality**. London: Zed Books, 2005.

- GRAHAM, R. **Clientelism and politics in Brazil's 19th century**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. **Field Methods**, v. 18, n. 1, p. 59-82, 2006.
- HUNT, M. The individual, society, or both? A comparison of black, latino, and white beliefs about the causes of poverty. **Social Forces**, v. 75, n. 1, p. 293-322, Sept. 1996.
- LAMONT, M.; SMALL, M. How culture matters: enriching our understanding of poverty. *In*: LIN, A.; HARRIS, D. (Ed.). **The colors of poverty: why racial and ethnic disparities persist**. New York: Russell Sage Foundation, 2008. p. 76-102.
- LAMONT, M.; SWIDLER, A. Methodological pluralism and the possibilities and limits of interviewing. **Qualitative Sociology**, v. 37, n. 2, p. 153-171, 2014.
- MASON, M. Sample size and saturation in Ph.D studies using qualitative reviews. **Qualitative Social Research**, v. 11, n. 3, Sept. 2010.
- MOORE, M.; HOSSAIN, N. Elites, poverty e public policy: from structure to strategy. *In*: REIS, E. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.
- REIS, E.; MOORE, M. (Ed.). **Elite perceptions on poverty and inequality**. London: Zed Books, 2005.
- SCALON, C.; CANO, I. The Brazilian way of dealing with inequality. *In*: COSTA, S. *et al.* (Ed.). **The plurality of modernity: decentering sociology**. Munique: Rainner Hamp, 2006. p. 116-137.
- SMITH, C. **Moral, believing animals: human personhood and culture**. New York: Oxford University Press, 2003.
-